ESG - ENVIRONMENTAL,SOCIAL AND GOVERNANCE
SINGEURB
IV Simpósio Nacional de Engenharia Urbana

Rio de Janeiro, 22 a 24 de novembro de 2023

URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE REGIÕES MENOS FAVORECIDAS, PARA IMPLANTAÇÕES DE CONDOMÍNIOS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

URBANIZATION AND INFRASTRUCTURE IN LESS FAVORITE REGIONS, FOR DEPLOYMENTS OF CONDOMINIUMS IN THE "MINHA CASA, MINHA VIDA" PROGRAM

Dias da Costa da Cunha, Joyce[1]; Qualharini, Eduardo[2];

[1] Programa de engenharia Urbana, UFRJ, joyce.costa@poli.ufrj.br
[2] Programa de engenharia Urbana, UFRJ, qualharini@poli.ufrj.br

RESUMO

O presente artigo busca estudar o cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro, e como funciona a dinâmica da urbanização e infraestrutura em regiões menos favorecidas, no contexto da implantação dos condomínios "Minha Casa, Minha Vida". O programa tem como objetivo fundamental prover habitação digna para comunidades de baixa renda. Contudo, a implantação desses condomínios em áreas desfavorecidas confronta-se com desafios urbanos e de infraestrutura. O tema será desenvolvido com o propósito de demonstrar a hipótese da existência de uma falha nas políticas públicas que se somaram ao crescimento habitacional e sem planejamento das grandes cidades. Por esse panorama, o governo não conseguiu acompanhar a demanda, tendo apresentado alternativas voltadas para a população menos favorecida, que foi ineficiente. Assim, a pesquisa ocorreu através de revisão bibliográfica, abordando o panorama sociocultural da cidade do Rio de Janeiro, analisando a importância da infraestrutura básica para a viabilidade e qualidade de vida, tanto de quem vive nos condomínios quanto de quem vive no entorno abordando como fornecimento de água potável, saneamento, eletricidade e acessibilidade, são essenciais para garantir condições habitacionais adequadas.

Palavras-chave: infraestrutura; urbanização; políticas públicas.

ABSTRACT

This article seeks to study the urban scenario of the city of Rio de Janeiro, and how the dynamics of urbanization and infrastructure work in less favored regions, in the context of the implementation of the "Minha Casa, Minha Vida" condominiums. The program's fundamental objective is to provide decent housing for low-income communities. However, the implementation of these condominiums in disadvantaged areas faces urban and infrastructure challenges. The theme will be developed with the aim of demonstrating the hypothesis of the existence of a flaw in public policies that have added to the unplanned housing growth in large cities. Given this scenario, the government was unable to meet the demand, having presented external alternatives for a less favored population, which was inefficient. Thus, the research took place through a bibliographical review, addressing the sociocultural panorama of the city of Rio de Janeiro, analyzing the importance of basic infrastructure for predictions and quality of life, both for those who live in the condominiums and for those who live in the surrounding area, addressing how satisfactory drinking water, sanitation, electricity and accessibility are essential to guarantee adequate housing conditions

***Keywords**:infrastructure; urbanization; public policy*

1 INTRODUÇÃO

Temos passado, no Brasil, por muitos anos, um crescimento populacional desenfreado e sem planejamento, através de mudanças sociais significativas. A população tem migrado cada vez mais para os grandes centros e o governo não consegue acompanhar este crescimento. Assim, na maioria das regiões com grande concentração de pessoas, não há condições adequadas para se viver. Não houve um acompanhamento do sistema de infraestrutura que desse condições sociais igualitária a todos.

Esta pesquisa pretende analisar o cenário urbano, mostrando como os cidadãos vem enfrentando problemas devido à falta de infraestrutura adequada e, posteriormente, propor técnicas, novas ideias e soluções de habitação em comunidades situadas em regiões menos favorecidas, com foco em condomínios do programa "Minha Casa, Minha Vida".

Quanto ao Programa em análise, destaca-se que há valores altos investidos em aproximadamente nas cidades do Brasil pelas construtoras do ramo da construção de baixa renda, em apoio presente e institucional nas iniciativas de seu corpo técnico, como o da presente proposta. Dezenas de milhões de brasileiros moram em condições totalmente inadequadas, sem água, esgoto, segurança, lazer, em áreas com risco de desabamento. Consequentemente, existem iniciativas de trabalhar com técnicas para habitações com condições melhores e mais dignas.

O tema foi desenvolvido com o propósito de demonstrar a hipótese da existência de uma falha nas políticas públicas que se somaram ao crescimento desenfreado e sem planejamento das grandes cidades. É possível apresentar a hipótese da visão, por parte dos investidores, para cumprir também a função social e fazer uma simbiose nas melhorias urbanas nas cidades, onde se localiza a construtora.

Seguindo a apresentação de mais uma hipótese, com esse panorama, o governo não conseguiu acompanhar o crescimento demográfico e os desafios econômicos

e sociais, tendo apresentado programas voltados para a população menos favorecida, porém ineficiente. Vale destacar ainda que o governo do Estado do Rio de Janeiro lançou em 2021 um novo programa habitacional, chamado "Casa da Gente", com um projeto de construção de 50 mil casas em cidades fluminenses, até 2026[1]. Tal projeto terá, também, espaço na presente pesquisa, a fim de que possa haver uma comparação entre os projetos do Governo do Estado e do Governo Federal.

Para se chegar a uma solução viável, foi necessário ampliar a revisão bibliográfica. Para isso, a revisão de literatura engloba bibliografia ampla e atualizada, bem como trabalhos científicos do final do século XIX e início do século XX para melhor compreensão da construção social e arquitetônica do Rio de Janeiro e suas consequências no dia de hoje. Para a pesquisa bibliográfica, convém destacar que

A pesquisa bibliográfica costuma ser desenvolvida como parte de uma pesquisa mais ampla, visando identificar o conhecimento disponível sobre o assunto, a melhor formulação do problema ou a construção de hipóteses (GIL, 2008, p.88).

1.1OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo reconhecer e apresentar processos de planejamento e gerenciamento de infraestrutura, que agreguem diretamente na qualidade de vida da sociedade. Apresentando como é possível levar condições básicas de benfeitorias e urbanização à população sem acesso; e, em segundo lugar, apresentar a importância das intervenções na melhoria das condições básicas na visão do negócio e na construção de empreendimentos da Minha Casa Verde e Amarela.

Esta pesquisa leva em consideração o problema empírico, no aspecto sociocultural, da habitação e da urbanização, com o critério de que existe uma solução para o problema, dentro de uma "dimensão viável", nas palavras de GIL (2008, p. 29). Segundo o autor, "para formular adequadamente um problema, é preciso ter o domínio da tecnologia adequada para a solução. Caso contrário, o melhor será proceder a uma investigação acerca das técnicas de pesquisa necessárias" (GIL, 2008, p. 28).

1.2JUSTIFICATIVA

A urbanização e investimento em infraestrutura das regiões menos favorecidas têm uma função social, onde o vetor é a produção habitacional, principalmente do público do programa "minha casa, minha vida". Para cumprir essa função social, é requerida uma visão por parte do investidor, dando apoio direto ao governo nos programas habitacionais.

1.3METODOLOGIA

A metodologia foi dada por meio de pesquisas e estudos, através de revisão bibliográficas de literatura acadêmica e fontes governamentais, no âmbito da falta de infraestrutura em algumas regiões do Brasil, avaliando o impacto da mesma em

1 Rádio Agência Nacional. "Governo do RJ lança programa para construção de 50 mil casas". Publicado em 16/09/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-09/governo-do-rj-lanca-programa-para-construcao-de-50-mil-casas>. Acesso em: 10/12/2022.

relação as construções de empreendimentos Minha Casa Verde e Amarela.

A pesquisa pretendeu demonstrar também como o desenvolvimento das comunidades impacta positivamente na realização de vida dos moradores dos futuros condomínios, e das comunidades presentes ao redor. Trata-se de uma transformação sustentável. Busca demonstrar e estudar os modelos de urbanização das regiões, cuja degradação ou obsolescência exijam intervenções.

Adicionalmente, devido ao natural descuido dos bairros e crescimento desordenado em nosso país onde as cidades estão edificadas, acompanharemos a transformação através de construções com metodologias de processos executivos, para a ordenação de planejamento que conduza a respostas adequadas na renovação e, por fim, realizando a análise da ocupação e meio urbano mostraremos a importância desta urbanização, comparando como era antes, como passa a ficar e demonstrando os ganhos para toda a sociedade. Apresentando também o estudo de caso de uma construtora, que atua diretamente nas intervenções de infraestrutura, em parceria com o governo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Histórico da cidade do Rio de Janeiro

A história da cidade do Rio de Janeiro confunde-se com a própria história da urbanização no Brasil, pois havia a necessidade de estreitar os laços da capital administrativa com a Corte Portuguesa, por meio da transferência da Administração Pública e, com isso, a tentativa de transferir o máximo possível da arquitetura, da cultura acadêmica e cultura político-administrativa portuguesa.

Em um breve resumo, a cultura foi muito relevante para a influência da urbanização da cidade do Rio de Janeiro, sempre levando em consideração as novidades trazidas da Europa, como por exemplo, o período da Belle Époque no século XIX, que durou, na Europa, de 1871 e se estendeu até o início da Primeira Guerra Mundial, e que influenciou sobremaneira nos costumes, nas artes, nas rodas intelectuais, na engenharia e na arquitetura brasileiras. Segundo Mallmann,

> A Bélle Époque carioca pode ser considerada uma importante fase na história cultural brasileira. Sua análise remete às questões complexas e profundamente enraizadas ao passado carioca. No início do século XX novos valores ganharam força na sociedade brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, era um polo irradiador de cultura para todas as outras cidades do país, pois era aonde as novidades europeias chegavam primeiro. Podemos afirmar que o Rio de Janeiro era um símbolo da República próspera, e da brasilidade em caráter nacional e internacional (MALLMANN, 2010, p. 105).

A evolução da urbanização no Rio de Janeiro seguiu até os dias de hoje com uma importante heterogeneidade cultural, seguindo os passos de diferentes projetos políticos. Portanto, o histórico da urbanização da cidade do Rio de Janeiro confunde-se com o desenvolvimento das metrópoles da Europa e aos anseios da elite àquela época.

Importante demonstrar que o Rio de Janeiro buscou seguir tendências e padrões europeus, sem a devida adaptação para o clima e os costumes da população brasileira. A preocupação com a estrutura urbana no Rio iniciou-se cedo e a ideia

de transformar o Rio em "Cidade Maravilhosa" era oriunda desde o início dos anos 1900, com o governo de Rodrigues Alves, por meio da modernização da capital federal (MELLO NETO, 1948).

Foi feita uma série de melhorias urbanas no pós Grande Guerra, em 1919, com o Prefeito Paulo de Frontin. No entanto, o Prefeito passou apenas dois meses no governo. Como feitos importantes de Paulo de Frontin, destacam-se as construções da Avenida Atlântida, da Avenida Wilson, a canalização do Rio Comprido, bem como a construção de uma Avenida ao longo do rio (DELGADO DE CARVALHO, 1990, p.100).

Segundo a análise de Perissinotto (2011), a evolução histórica mundial trouxe dilemas para as questões habitacionais desde a Revolução Industrial, que culminou no resultado do cenário pós Primeira Guerra. Questões básicas de moradia foram levantadas em Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) desde 1928. O Brasil certamente foi influenciado por inúmeros debates. Destaca-se o segundo CIAM, em Frankfurt, Alemanha, em 1929, com o tema "La vivienda para el mínimo Nivel de Vida", levando em consideração o aumento e a concentração em massa da população. Perissotto esclarece que

O Mínimo Nível de Vida diz respeito ao mínimo biológico, ou seja, a saúde e as formas de sociabilidade necessárias para o homem viver com qualidade e dignidade, bem como, ao mínimo nível de vida relacionado às questões de ordem financeira – o quanto o indivíduo recebe por seu trabalho e o quanto poderia dispensar para habitação (PERISSOTTO, 2011, p. 103).

A partir da Era Vargas, foram construídos grandes conjuntos habitacionais, que seguiam ao longo das linhas férreas do Rio de Janeiro. Dentro da política habitacional durante o governo Vargas, no geral, existem hipóteses de que este governo estaria comprometida com o padrão de exploração do capitalismo periférico, conforme apresenta BOTAS (2013). Segundo a autora,

> As críticas se apoiam na inexistência de uma função precípua das instituições previdenciárias para o atendimento das necessidades de moradia e da exiguidade da oferta frente a crise habitacional que se intensifica nas principais cidades brasileiras já no início dos anos de 1940. A ação, de fato, teria servido mais ao suporte político do populismo do que ao atendimento das classes trabalhadoras. A não universalização dos benefícios previdenciários provaria a natureza comprometida do Estado Varguista com o padrão de exploração do capitalismo periférico (BOTAS, 2013, p.2).

É fato que houve um rápido e expansivo desenvolvimento nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo na década de 1920. Foram fortes transformações urbanas, que necessitaram uma política de habitação mais robusta. Segundo a própria autora (2013, p. 3), com a interrupção do fluxo de importações em decorrência à Primeira Guerra desencadeou o início do processo de desenvolvimento interno do Brasil, com a devida modernização social e urbana.

Até os dias de hoje, entretanto, as políticas públicas esbarram nas crescentes e desenfreadas habitações clandestinas, que desafiam as construções regulares de moradias para pessoas de baixa renda. Há tolerância perante essas construções. O site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro destaca que

> Em pouco tempo, o município registrou, inseridas no tecido urbano, mais de 500 favelas, algumas de grande porte, como a Rocinha e o problemático Complexo do Alemão. O

> fenômeno passou a incomodar a sociedade de forma mais profunda com o crescimento da criminalidade associada à pobreza e logo esta mesma sociedade percebeu que o combate à primeira depende, em parte, na redução da segunda. O que caberá aos planejadores, arquitetos e urbanistas do setor público ou privado? (Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/>).

No entanto, o desafio habitacional é constante, tendo em vista que tal programa não alcançou margem considerável de unidades habitacionais a ponto de suprir as necessidades de moradia da comunidade carente. O debate continuou até o governo federal recente, terminado em janeiro de 2023.

2.2 Infraestrutura e crescimento habitacional

O rápido crescimento urbano coloca pressão sobre as construtoras para fornecerem habitação adequada e infraestrutura urbana. O desafio é desenvolver projetos que sejam socialmente inclusivos, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis. As construtoras precisam considerar a densidade populacional, a acessibilidade, a qualidade de vida e a preservação ambiental ao planejar e construir novos empreendimentos.

Tratando-se de infraestrutura, o sistemaé constituído pelos subsistemas: subsistema vi-ário; subsistema de drenagem pluvial; subsistema de abastecimento de água; subsiste-ma energético e subsistema de comunicação. Subsistemas esses essenciais para que uma cidade possa fluir evitando o surgimento de alagamento de ruas, congestionamento de trânsito e falhas nos serviços de atendimento a população por parte do poder público, etc. (PUPPI, 1981)

A superpopulação das cidades vem sendo provocada, também, devido ao intenso fluxo de migrantes que vão para as cidades em contínuo crescimento econômico, à procura de emprego e, como consequência, há uma demanda sempre crescente de habitações. Essa demanda faz com que sejam construídas em um único lote, que teria capacidade ocupacional para três famílias, com média de quatro a cinco pessoas cada, edificações que passam a abrigar 12 famílias ou mais, a depender do tamanho do lote. Ou seja, aumenta o número de habitantes por metro quadrado, mas não aumenta a infraestrutura necessária a esse crescimento, gerando assim alguns impactos sócios ambientais.(MOTTA & ROCHA, 2019)

O grande desenvolvimento urbano trouxe para a cidade alguns problemas. Quando relacionamos o seu crescimento urbano com a sua capacidade de infraestrutura, vemos claramente que há uma falta de planejamento para suportar esse aumento populacional. Esse aumento vem ocasionando problemas que estão se tornando cada vez mais frequen-tes, principalmente, nas grandes cidades brasileiras, como o exemplo das grandes metró-poles, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto alegre, entre outras. (MOTTA & ROCHA, 2019)

> O processo de industrialização pelo qual passou o país nos últimos 40 anos, a migração de populações rurais

> para os grandes centros urbanos, gerando maiores demandas de produtos industrializados e o maior volume de resíduos, e a ocorrência de acidentes ambientais, vem multiplicando as áreas degradadas por poluentes, em todas as regiões do país. Assim, o processo de concentração da atividade industrial nos grandes centros urbanos não foi acompanhado por uma política que tentasse harmonizar os objetivos do crescimento econômico e o equilíbrio ambiental, originando um quadro de intensa degradação e difícil recuperação. (SOUZA, [S.P]).

2.3Análise sobre as políticas públicas de habitação

É certo que as condições de habitação no Brasil ainda não superaram os desafios e os problemas sociais e econômicos. Isso gera impacto no desenvolvimento urbano e na sua configuração, devido principalmente à necessidade constante na infraestrutura.

Da mesma forma do ponto de vista macro, o Brasil enfrenta praticamente os mesmos desafios. O agravante, segundo Marguti (in COSTA, THADEU, FAVARÃO, 2018, p. 120), foi a extinção do BNH, Banco Nacional de Habitação, criada em 1964, com famílias de renda mensal entre 1 e 3 salários-mínimos como clientela. Após o fim do BNH, houve um aumento das cidades brasileiras fora dos marcos da cidade legal (MARICATO apud MARGUTI, 2009).

A primeira década de 2000 foi importante na sedimentação de políticas habitacional e urbana, destacando-se o surgimento do Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), bem como a criação do Ministério das Cidades. Nesta sequência, até o ano de 2007, houve o financiamento de quase 550 mil unidades habitacionais pelo FGTS e SBPE, possibilitado pelo aumento desses recursos para o financiamento habitacional, previsto na PNH, e promovendo a "otimização econômica dos recursos públicos e privados investidos no setor habitacional" (ROLNIK apud MARGUTI, 2015).

A autora segue, com base nos argumentos de ROLNIK (2015) afirmando:

> Diante desse cenário, o setor empresarial, atingido pela crise hipotecária ocorrida nos Estados Unidos em 2008, propôs ao Ministério da Fazenda uma solução habitacional nos moldes das experiências mexicana e chilena, a qual incluía o subsídio direto ao comprador. A formulação final das negociações deu origem ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em março de 2009, com a meta de construção de 1 milhão de moradias e inclusão de uma faixa de atendimento totalmente subsidiada e por fora do crédito hipotecário (...). Ressalta-se o êxito do programa em sustentar os elevados níveis de investimento no setor da construção civil e no país nos anos imediatamente subsequentes

O setor privado estabeleceu-se como alternativa hegemônica, de acordo com a autora, o qual possui a primazia nas decisões locacionais "e nas soluções de engenharia e arquiteturados empreendimentos, o que, a despeito do volume de habitações produzidas pelo programa, acaba por consolidar um padrão socioespacial segregador, nem sempre dotado de boa qualidade construtiva" (MARGUTI, 2018, p. 124).

Destaca-se, aqui, portanto, a garantia do equilíbrio desses princípios, visando ao respeito da dimensão cultural e da vulnerabilidade social. Antes da análise técnica

e estrutural do Programa "minha casa, minha vida", convém ainda apresentar algumas características da política habitacional a partir de 2019.

De acordo com Guedes, Meireles e Coti-Zelati (2015, p.64),

> A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2011) projeta a necessidade da construção de 23,5 milhões de novas moradias até 2022 para zerar o déficit habitacional no país. Novas habitações significam maiores investimentos do setor público em infraestrutura urbana associada (saneamento, transporte, segurança, educação etc.), abrindo-se espaço para a criação de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Em 2019, com a retomada da política habitacional com o governo eleito da época, o programa de moradia popular voltou a ser pauta, a fim de solucionar o déficit habitacional e adaptar as construções e moradias às necessidades da população carente. Essa retomada levou em consideração alguns fatores já conhecidos na política habitacional, como renda, tamanho das famílias e as suas condições de habitação.

Basicamente, o programa tem o objetivo de urbanizar as favelas, com projetos de melhorias para a condição de vida do morador ao mesmo tempo em que fornece serviços básicos, como água, esgoto e iluminação pública. Além da moradia, o projeto prevê reduzir a violência das comunidades, proporcionando espaços públicos mais seguros, visando à integração das comunidades com o restante da cidade.

Por um lado, as parcerias podem trazer importantes benefícios para a construção de moradias populares. As empresas de engenharia têm experiência em construção civil e podem oferecer conhecimentos técnicos para a construção de moradias acessíveis e de qualidade. Importante destacar que essas empresas em geral possuem recursos financeiros que podem apoiar o Governo, que fornece o financiamento de projetos, e podem trazer inovações tecnológicas no processo de construção.

2.4O programa minha casa, minha vida

O programa "minha casa, minha vida"é destinado às famílias que tem a intenção de adquirir um imóvel em áreas rurais ou urbanas no Brasil. O programa é organizado para três faixas de renda e segue até a renda de R$ 8 mil. A meta do Governo é a de atender milhões de famílias de baixa renda no ambiente urbano. A meta inclui saneamento básico, luz e água.

Além da análise técnica, é válido destacar a importância ou não das intervenções na melhoria das condições básicas, na visão do negócio e na construção de empreendimentos.

3 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Conforme apresentado anteriormente, a relação entre urbanização, dos entornos dos empreendimentos, e as construtoras é fundamental para o desenvolvimento e transformação das áreas urbanas. As construtoras desempenham um papel crucial na implementação de projetos de construção, que podem incluir desde edifícios

residenciais até infraestrutura pública. Através do estudo realizado, pode-se chegar a algumas considerações, conforme será apresentado a seguir.

- Com o rápido crescimento das áreas urbanas, a demanda por habitação, edifícios comerciais e infraestrutura tem aumentado. Isso oferece oportunidades significativas para construtoras que desejam contribuir para o desenvolvimento urbano;
- A urbanização pode ser um catalisador para o desenvolvimento sustentável. Construtoras que adotam práticas de construção sustentável contribuem para cidades mais ecologicamente conscientes, com edifícios energeticamente eficientes e materiais de construção ecológicos;
- O aumento da demanda de habitação, aumenta a demanda sobre urbanização e condições de infraestrutura, podendo sobrecarregar as autoridades municipais e criar desafios de planejamento urbano. Neste contexto, as construtoras devem cooperar com as autoridades para garantir que seus projetos estejam alinhados com o planejamento das cidades;
- A urbanização frequentemente traz consigo questões sociais e econômicas, como gentrificação e deslocamento de comunidades de baixa renda. Construtoras podem ser parte da solução, adotando práticas responsáveis e considerando o impacto social de seus projetos.

4 CONCLUSÕES

O estudo da intersecção entre urbanização, infraestrutura e implementação de condomínios pelo "minha casa, minha vida" em regiões menos favorecidas revela a complexidade e a importância de abordagens integradas e projetadas para promover o desenvolvimento equitativo e resiliente. A jornada para melhorar as condições de vida nessas áreas não se limita à construção de moradias, mas envolve a criação de ambientes urbanos inclusivos e propícios ao bem-estar da população.

A busca por soluções sustentáveis é um elemento central na concretização do desenvolvimento equitativo. A adoção de práticas de construção sustentável, a incorporação de espaços verdes, a eficiência energética e a gestão responsável dos recursos são cruciais para minimizar os impactos ambientais e maximizar os benefícios sociais a longo prazo.

REFERÊNCIAS

BOTAS y Nilce Cristina Aravecchia . A cidade industrial brasileira e a política habitacional na Era Vargas (1930-1954). XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de laFacultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI. Tese (Doutorado). São Paulo: FAUUSP, 2011

COSTA, M. A; THADEU, M.; FAVARÃO, C.B. A Nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. História da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Doc. e Inf Cultural, 1990.

GUEDES, A. A.; MEIRELLES, D. S.; COTI-ZELATI, P. E. Projeto de Habitação Popular no Brasil e Mudanças nos Modelos de Negócio da Construção Civil. Caderno Profissional de Administração da UNIMEP, v. 5, n. 2, p. 63-83, 2015.

HERZOG, C. P.; ROSA, L. Z. (2010). Infraestrutura Verde: Sustentabilidade e resiliência para a paisagem urbana.

MALLMANN, Marcela Cockell. Pelos becos e pelas avenidas da Bélle Époque carioca. Departamento de Letras da UERJ. SOLETRAS, Ano X, Nº 20, jul./dez.2010. São Gonçalo: UERJ, 2010.

MOTTA, CAIO NOGUEROL; ROCHA, GEISA SILVEIRA DA; Infraestrutura Urbana no Entorno de Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, na área Conurbada de Florianópolis, 2019.

NÓBREGA, F. A. R., VIEIRA FILHO, D. S., da Silva, F. B., ; VERAS, R. L. O. de M. (2013). Infraestrutura Urbana: infraestrutura e o crescimento populacional no Brasil.

PUPPI, I. C. Estruturação Sanitária das Cidades. Curitiba, Universidade Federal do Paraná/São Paulo: Cetesb, 1981.

ROLNIK, R; KLINTOWITZ, D; REIS, J; BISCHOF, R. Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida? Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade! Cartilha do Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos.

SOUZA, Antonio F. E. de. Recursos hídricos e a ecologia da paisagem. Sabesp. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/uploads/file/asabesp_doctos/ecologia_paisagem_completo.pdf >. Acesso em: 25 maio 2012